

# "O PROBLEMA DO DISTRITO FEDERAL É O ENTORNO": DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL URBANA, CONFLITOS FUNDIÁRIOS E OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL E NO SEU ENTORNO<sup>1</sup>

Victória Hoff da Cunha<sup>2</sup>

## SINOPSE

Este artigo investiga a relação entre políticas de segurança pública e dinâmicas de ocupação territorial urbana no Distrito Federal e na região do Entorno. Utilizando uma metodologia mista, o estudo combina técnicas qualitativas e quantitativas, incluindo entrevistas semiestruturadas, pesquisa documental, análise de mídias e consulta a bases de dados. A análise histórica do processo de ocupação revela que a formação do Distrito Federal foi marcada pela especulação imobiliária, grilagem de terras e segregação urbana. Embora esta Unidade Federativa (UF) registre uma contínua redução nas taxas de homicídios, tal diminuição é desigual, concentrando-se em áreas de alta renda. As políticas de segurança pública, embora eficientes nos indicadores institucionais, tendem a invisibilizar a violência institucional nas periferias. A aplicação de técnicas de prevenção do crime por *design* ambiental (*crime prevention through environmental design* – CPTED) e de videomonitoramento, implementadas pelo programa Segurança Integral – DF Mais Seguro (Decreto GDF nº 45.165/23), parece em parte reforçar o quadro de segregação urbana e a exclusão social.

**Palavras-chave:** cidade; espaço urbano; Brasília; regiões administrativas; Área Metropolitana de Brasília; violência; crime; grilagem; conflitos fundiários; prevenção do crime por *design* ambiental; políticas de segurança pública; violência policial.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte do projeto Dinâmicas da Violência e Políticas de Segurança Pública nas Regiões Brasileiras da Diest/Ipea.<sup>3</sup> O objetivo é analisar em que medida a operacionalização das políticas de segurança pública se relacionam com dinâmicas de ocupação territorial do espaço urbano no Distrito Federal e no Entorno.

O Distrito Federal diferencia-se no panorama nacional pela contínua diminuição das suas taxas de homicídios. Embora já tenha sido uma das localidades mais violentas do país, ele registra redução nas taxas de homicídios desde 2012, alcançando 11,41 homicídios por 100 mil habitantes em 2022 (Ipea e FBSP, s.d.). Constituindo-se em um enclave no estado de Goiás, o Distrito Federal forma com os municípios goianos do seu entorno a Área Metropolitana de Brasília (AMB) e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF). Além disso, trata-se

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi38art10>

2. Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). E-mail: [vhoffcunha@gmail.com](mailto:vhoffcunha@gmail.com).

3. O projeto foi proposto pela Coordenação de Justiça e Segurança Pública (Cojus) da Diest/Ipea, sob coordenação técnica de Maria Paula Santos, com apoio das pesquisadoras bolsistas Angelina Parreiras, Ana Figueiredo, Bárbara Duarte, Camila Caldeira Nunes Dias, Paula Pereira Gonçalves Alves e Victória Hoff da Cunha.

da única Unidade Federativa (UF) brasileira constituída de regiões administrativas (RAs) – em vez de municípios –, as quais compõem uma malha urbana profundamente desigual. Exemplo disso é a RA do Sol Nascente: considerada a segunda maior favela do Brasil em 2024 (IBGE, 2024),<sup>4</sup> registra renda domiciliar *per capita* de R\$ 916,00 – a segunda menor do Distrito Federal em 2021 – e está localizada a apenas 35 quilômetros do Lago Sul, que registra a maior renda *per capita* do Distrito Federal, de R\$ 10.979,00 (Codeplan, 2022).<sup>5</sup>

A pesquisa conta com a análise de dados qualitativos e quantitativos. A etapa qualitativa se substanciou, principalmente, na condução de entrevistas semiestruturadas com interlocutores-chave durante a pesquisa de campo *in loco*. Estas foram revisadas e analisadas para a elaboração deste texto, com o objetivo de identificar expressões de violência institucional, bem como modos de operar as políticas de segurança pública, suas instituições e agentes. As análises são complementadas por pesquisa documental, análise de reportagens e mídias, além da consulta a bases de dados e estudos sociodemográficos. Os relatos – especialmente daqueles que são considerados a “periferia” – abrem brechas nas narrativas que consolidam o Distrito Federal como referência nacional na segurança pública.

## 2 PROCESSOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL E DINÂMICAS DA VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Tomando parte no modelo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, a chamada Operação Brasília, em paralelo à implementação do Cruzeiro Rodoviário,<sup>6</sup> concorreram com o alavancamento do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro (Moreira, 2003; Freitag e Faria, 2021). O assentamento do quadrilátero que corresponde ao Distrito Federal dependeu da transferência de terras goianas, públicas e particulares, para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), empresa pública criada para a execução das obras de Brasília. A irregularidade dos processos e a indefinição somaram-se à crescente especulação e ao agravamento da grilagem de terras, produzindo uma diversidade de conflitos e envolvendo, além do Estado, fazendeiros e posseiros, trabalhadores sem-terra, povos indígenas e populações tradicionais (Distrito Federal, 2021b; Moreira, 2003; Malagutti, 1996; Oliveira, 2008).

O início das obras de construção de Brasília em 1956 colocou em marcha um processo de expansão urbana desigual e excludente. A demanda por mão de obra gerou intenso fluxo migratório de trabalhadores, principalmente nordestinos – os candangos. O projeto previu a construção do Plano Piloto a partir da edificação de um Eixo Monumental para edifícios político-administrativos e um eixo rodoviário-residencial de superquadras destinadas ao alto funcionalismo público (Jatobá, 2016). Após o Plano Piloto atingir determinado porte, novos núcleos foram criados – as cidades-satélite –, evitando assim a formação dos fragmentos suburbanos (Oliveira, 2005). Paralelamente, o planejamento em torno das estradas-parque condicionou padrões de mobilidade altamente dependentes dos automóveis, restringindo o acesso da população aos espaços centrais (Martins e Lima Neto, 2015).

4. Em 2023, a RA Sol Nascente/Pôr do Sol foi considerada a maior favela do Brasil, a partir dos dados prévios do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com a publicação do *Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas – resultados do universo* (IBGE, 2024), essa ocupou a posição de segunda maior favela do Brasil.

5. Os dados de renda domiciliar das RAs do Distrito Federal são produzidos pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), sendo a edição com dados de 2021 a mais atualizada ao tempo de elaboração do artigo.

6. A Operação Brasília foi o projeto do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) para construir a nova capital federal, Brasília, no Planalto Central, visando à ocupação do interior do país. Nesta seara, o Cruzeiro Rodoviário consistiu em um amplo programa de expansão e modernização da malha rodoviária, com destaque para a construção de estradas como a Belém-Brasília, que conectam regiões distantes e isoladas. Essas políticas facilitaram o transporte e contribuíram para o desenvolvimento do agronegócio no Centro-Oeste, integrando essa região ao restante do Brasil.

Deslocados para terras brasilienses, destituídos de políticas de acesso à terra urbanizada, os candangos inicialmente são alojados nos acampamentos das construtoras; rapidamente, contudo, esses começaram a ocupar irregularmente áreas do Plano Piloto. Assim, antes mesmo da inauguração de Brasília, novos núcleos foram criados para alocar as populações de trabalhadores pobres. A consolidação de Brasília ocorre, se não por meio de uma política habitacional baseada na remoção, na melhor das hipóteses pela realocação de populações para assentamentos ou lotes semiurbanizados no interior e na periferia metropolitana do Distrito Federal (Malagutti, 1996; Gouvêa, 1999; Jatobá, 2000; 2016; Oliveira, 2008; Derntl, 2018). Embora, no início, algumas cidades-satélite tenham reproduzido princípios de setorização, essas operam como um arremedo da premissa brasiliense, garantindo-se a roupagem moderna, mas deixando de serem efetivados direitos e garantias fundamentais (Tourinho, 2023).

Não obstante a informalidade urbana ser frequentemente atribuída às classes sociais baixas, essa também se verifica nas invasões de classe média alta (Magalutti, 1996), reproduzindo-se em decorrência do sobrepreço da terra urbanizada. A venda de terrenos públicos para empreiteiras desde a década de 1960 determinou que a ocupação do Plano Piloto e adjacências fosse determinada pela renda. A especulação fundiária rege a ocupação do solo, e a expectativa de valorização ocasiona a retenção e consequente elevação do preço da terra, engrenando um ciclo especulativo que torna impraticável a aquisição ou o aluguel de imóveis em áreas centrais para a maioria da população, disseminando a informalidade urbana (Jatobá, 2016).

Apesar das iniciativas de produção habitacional em larga escala, desaceleradas em razão da crise econômica (Guia e Cidade, 2011; Jatobá, 2016), nota-se que o déficit de moradias no Distrito Federal permanece bastante significativo. Segundo a Fundação João Pinheiro, em 2022, o Distrito Federal apresentava carência de quase 92 mil domicílios e um dos maiores déficits habitacionais relativos do país (8,5%). A participação do ônus excessivo com o aluguel urbano (76.415 casos ou 83%) nesta UF é a maior do Brasil (FJP, 2022). Segundo a Campanha Despejo Zero,<sup>7</sup> existiam pelo menos 18 mil famílias ameaçadas de sofrer despejo ou remoção no Distrito Federal em 2024. O Distrito Federal também é a UF com maior percentual (0,28%) de população de rua: um a cada 3 mil habitantes, o triplo da média nacional (Brasil, 2023). Interlocutores ouvidos durante a realização da pesquisa estimam que muitos moradores de rua – alvos constantes de violência – são pessoas que trabalham no Plano Piloto, mas não conseguem arcar com o alto preço dos aluguéis.

O processo de periferização verifica-se principalmente em relação aos municípios goianos do Entorno do Distrito Federal. O eixo Brasília-Anápolis-Goiânia é um dos principais polos de desenvolvimento econômico do Brasil dos últimos vinte anos. Este trecho da rodovia federal BR-060 abriga o terceiro maior aglomerado urbano regional – 7,5 milhões de habitantes – e um dos maiores índices de crescimento populacional do Brasil. Esses municípios, contudo, são caracterizados pelo baixo produto interno bruto (PIB) e baixa capacidade de geração de empregos, além de precária infraestrutura urbana. As conexões entre o Distrito Federal e os municípios do Entorno são intensas, e quanto mais estes são próximos da divisa com o Distrito Federal, maior é a dependência (Pereira, 2019). Estima-se que parte de seus habitantes trabalhem no Distrito Federal, embora não tenham condições de ali residir. Os entrevistados referem que os preços dos aluguéis já se tornaram impraticáveis mesmo nas RAs periféricas, obrigando a mudança para os municípios do Entorno.

7. Mapeamento Nacional de Conflito pela Terra e Moradia. Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br/?modo=mapa&recorteTerritorial=uf&localizacao%5B%5D=df>. Acesso em: 15 maio 2024.

A redução da oferta habitacional e o alto custo de vida nas regiões centrais aquecem o mercado informal de venda e a grilagem de terras na região metropolitana do Distrito Federal. Isso reforça o contínuo processo de periferização dos mais pobres em direção às bordas e, em contrapartida, a autoss segregação dos setores dirigentes. A indisponibilidade de infraestrutura e a precariedade do sistema de transporte público moldam as dinâmicas de segregação subjacentes ao território. A busca por trabalho formal e informal, bem como a necessidade de serviços, determina o deslocamento pendular em direção ao centro, que concentra a população com maior renda. O longo trajeto é realizado diariamente, uma vez que, para a maioria, o preço para a aquisição ou aluguel de imóveis é proibitivo.

Diversos estudos analisam a relação entre violência e processos de urbanização desordenada (Cano, 2006; Paiva, 2014; Peres e Nivette, 2017), desigualdade social e disparidades de renda (Iethe e Regoezi, 2004; Lima e Ratton, 2015). Em 2023, o Distrito Federal alcançou um novo recorde de redução de homicídios: 8,02 por 100 mil pessoas (Brasil, 2024). Comemorado como a menor taxa registrada em 47 anos, o resultado foi atribuído pela mídia e gestores às políticas de segurança pública do último período (Teixeira e Schwingel, 2023; Avelar, 2023). Não obstante, a redução manifestou-se de forma heterogênea no território, verificando-se a concentração da incidência de homicídios em localidades de baixa renda e majoritariamente ocupadas por pessoas negras (Moroni *et al.*, 2023).

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), seis RAs – Ceilândia, Samambaia, São Sebastião, Sol Nascente/Pôr do Sol, Planaltina e Santa Maria – concentraram metade dos homicídios ocorridos no Distrito Federal entre 2021 e 2023, e apresentaram taxas de homicídios superiores à registrada para o Distrito Federal em 2023.<sup>8</sup> Todas essas RAs são habitadas por uma população de renda baixa ou média-baixa (Codeplan, 2022), bem como majoritariamente negra (Moroni *et al.*, 2022). Os municípios goianos que formam com o Distrito Federal uma mancha urbana (Codeplan, 2019) também apresentam elevadas taxas de homicídios, além de precária infraestrutura de equipamentos de segurança pública (Vasconcelos e Costa, 2005; Trindade e Souza, 2012; Silva, 2020), destacando-se, em 2022, as localidades de Padre Bernardo, Novo Gama e Valparaíso de Goiás.<sup>9</sup>

A violência transparece nos relatos de campo, envolvendo desde disputas entre gangues e facções – ponto não abordado neste artigo – até os conflitos fundiários. Sendo estes últimos constitutivos do Distrito Federal, as populações da periferia são aquelas atingidas pela violência, seja a praticada pelo Estado, por meio das remoções, seja pelos próprios grileiros, mediante expulsão, ameaça ou mesmo assassinatos. A mídia destaca a atuação de quadrilhas armadas formadas por grileiros, que disputam o controle dos assentamentos, inclusive com imposição de rotinas, toques de recolher e recolhimento de “tributos” (Nery, 2019; Carone, 2020). Segundo uma moradora entrevistada:

eles invadem e depois vendem, marcam uma terra qualquer e fazem um contrato de boca. São muito violentos. É um povo matador, que não tem medo de nada, não. (...) Anda armado e tudo. Se não paga, eles expulsam a pessoa do lugar. (...) Eles tiram a pessoa e matam, se estão de olho na terra de alguém (moradora da RA Ceilândia).<sup>10</sup>

8. Ver o apêndice A deste artigo.

9. Ver o apêndice B deste artigo.

10. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 5 de maio de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora após a finalização do período da pesquisa de campo *in loco* no Distrito Federal.

As dinâmicas subjacentes ao território impactam a operacionalização da segurança pública e as práticas de seus agentes. No caso do Distrito Federal, a atuação da polícia é uma herança da Guarda Especial de Brasília (GEB), constituída no início da construção da capital. Embora formalmente subordinada à Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), a GEB era financiada pela Novacap, com o objetivo não apenas de manter o policiamento na futura capital, mas também de garantir o término das obras no prazo estabelecido. A guarda, a mando das empreiteiras, realizava a contenção dos trabalhadores e a proteção das propriedades, assemelhando-se a uma polícia privada (milícia). A GEB protagonizou diversos episódios de violência contra trabalhadores, sendo o massacre na construtora Pacheco Fernandes Dantas, em 1959, um dos casos mais notórios.<sup>11</sup> Com o fim das obras de Brasília, o efetivo da GEB foi aproveitado nos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal (PM-DF) (Teixeira, 1996; Sousa, 2011; Reis, 2008; Fernandes, 2018).

A atuação do Estado em contextos de remoção ocorre nas interseções do legal e ilegal, mobilizando diferentes agências na gestão dos territórios desordenados. Não raro, as remoções impõem um ambiente de terror, pouco visibilizado para a sociedade civil (Magalhães, 2019). No Distrito Federal, remonta-se ao processo de militarização dos órgãos de zeladoria urbana. Segundo interlocutores, a atual Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (Secretaria DF Legal) atua de pronto pela garantia da ordem urbanística, sem regramentos sobre o procedimento administrativo, e de forma coordenada com a SSP-DF. Um entrevistado caracteriza a PM-DF como um "braço armado do DF Legal", relatando o uso abusivo de armamento não letal, que, inclusive, levou uma colega à hospitalização.<sup>12</sup> Segundo outra interlocutora:

não é só questão de chegar e bater, além disso eles queimam (...) passam com um trator por cima, isso para mim é violência! (...) a gente vê muita fumaça aqui, tacam [ateiam] fogo, tiram pessoal na marra, se alguém fala algo apanha mesmo, se reagir então levam embora. Eles não derrubam em área nobre, a polícia só tira os pobres que invadiram (...) não tem saneamento, se chove a casa enche d'água, são muitas mazelas (moradora da RA Ceilândia).<sup>13</sup>

A especulação imobiliária e o déficit habitacional alimentam o mercado informal de terras. A desigualdade social reproduz dinâmicas de segregação urbana que opõem o centro à periferia metropolitana do Distrito Federal. O cenário reflete-se em uma diversidade de conflitos, principalmente de ordem fundiária, que, apesar de nem sempre se manifestarem na forma de violência letal, impactam a operacionalização das políticas de segurança pública. Embora estas últimas sejam frequentemente destacadas como eficazes para a redução da violência, observam-se dissonâncias importantes entre os discursos oficiais – calcados no bom desempenho dos indicadores institucionais – e a realidade empírica apreendida da pesquisa de campo.

11. Neste episódio, operários do sítio de obras de Brasília protestaram em decorrência das más condições de alimentação nos refeitórios e dos cortes de água nos alojamentos por parte da construtora. A GEB foi acionada, mas logo foi expulsa do local por centenas de trabalhadores; ela retornou, contudo, pela noite, portando armamento letal e invadindo a tiros o acampamento. Na ocasião, o GDF admitiu a morte de uma pessoa, mas relatos de memória de trabalhadores estimam dezenas de mortes.

12. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha e Camila Nunes Dias, em 27 de abril de 2023, em Brasília. O nome do entrevistado foi suprimido a fim de evitar a sua identificação.

13. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 5 de maio de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora após a finalização do período da pesquisa de campo *in loco* no Distrito Federal.

### 3 POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Diversos entrevistados pela pesquisa destacam o papel das políticas de segurança pública implementadas pelo governo do Distrito Federal (GDF) na redução de homicídios, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000. Até então, as taxas eram crescentes, e as políticas bastante incipientes. Destaca-se o plano Segurança e Ação (2011-2015), responsável pela criação das regiões integradas de segurança pública (Risps), que dividiu o Distrito Federal em quatro regiões (Metropolitana, Oeste, Sul e Leste). Os batalhões e as delegacias atuantes em cada RISP realizavam operações conjuntas para a solução de crimes que afetavam as RAs de cada área.

Na administração seguinte, implementou-se o Pacto pela Vida (2015-2018), que manteve as Risps e criou um sistema de indicadores de desempenho para cada área. O programa fundamentou-se em três pilares: i) responsabilização conjunta de delegados da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) e batalhões da PM; ii) produção de indicadores de segurança pública, qualificando o acompanhamento das ocorrências e o desempenho do sistema de segurança pública; e iii) governança a partir do estabelecimento de comitês gestores, metas e avaliações sistemáticas de desempenho, cujas diretrizes orientam ainda hoje a atuação da SSP-DF.

O programa atualmente em vigor, DF Mais Seguro – Segurança Integral, prevê articulações entre órgãos e entidades na promoção de ações nos eixos de segurança pública integral. Destacam-se práticas de policiamento de proximidade e de atuação preventiva, viabilizada por meio de diagnósticos baseados em indicadores objetivos. O eixo Cidade Mais Segura envolve ações voltadas à “construção de espaços seguros” buscando o “controle de desordens urbanas e a coesão social” (Distrito Federal, s.d.). Uma das principais ações é o Programa de Videomonitoramento Urbano, somando mais de 1.100 câmeras instaladas em 29 das 35 RAs, realizado de maneira integrada com outros trinta órgãos, além da implementação de estratégias de prevenção do crime por *design* ambiental (*crime prevention through environmental design* – CPTED) (*op. cit.*).

Desenvolvidas nos Estados Unidos a partir da década de 1960, as teorias de CPTED alavancam o urbanismo a uma posição central na segurança pública, defendendo a possibilidade de manipulação do espaço construído a fim de reduzir as oportunidades da prática criminosa e aumentar a sensação de segurança (Ferreira, 2013). Contando com a contribuição de diversos teóricos, esta encontra no conceito de espaço defensável de Newman algumas de suas estratégias fundamentais: definição clara de fronteiras entre espaços públicos e privados; controle natural de acesso por meio da restrição do acesso físico e visual a estranhos; vigilância natural, por meio da disposição do ambiente que favoreça o monitoramento; e atividade social, pelo incentivo à presença contínua de pessoas e atividades (Newman, 1972).

Os princípios do espaço defensável foram desenvolvidos observando-se os fracassos da iniciativa de habitação social Pruitt-Igoe, nos Estados Unidos (Newman, 1972), construída sob as mesmas premissas modernistas de separação das funções urbanas de Le Corbusier, que também foram adaptadas no projeto urbanístico de Brasília (Holtson, 1989; Amaral, 2006). Assim, este, em sua origem, afasta-se das premissas da CPTED. Elemento central no planejamento, as superquadras são unidades de vizinhança concebidas como parte de um ambiente urbano funcional.<sup>14</sup> A segmentação dos espaços habitados pelas classes dirigentes e a dependência no modal viário criam

14. As superquadras são compostas por blocos residenciais, áreas verdes e equipamentos comunitários organizados em uma sequência contínua, dispostos ao longo de eixos rodoviários, com separação do tráfego de pedestres (Januzzi, 2021).

enclaves urbanos, obstando o acesso de moradores da periferia aos equipamentos e serviços centrais, e reproduzindo uma sociabilidade que restringe a interação entre diferentes grupos sociais. Este modelo perpetua a exclusão social, podendo inclusive contribuir indiretamente com o aumento da violência (Januzzi, 2021).

Um entrevistado membro da SSP-DF destaca que as políticas preconizam uma “abordagem preventiva”, mediante a definição de áreas de atuação prioritária com base nos índices de vulnerabilidade social. Essas são caracterizadas, na fala do entrevistado, como espaços com “desordens físicas e urbanas”, que aumentariam a sensação de insegurança entre os cidadãos: locais escuros, sem podas de árvores, pichações e lixo nas vias públicas, moradores de rua.<sup>15</sup> A abordagem remete em parte à teoria das janelas quebradas (*broken windows*), uma das vertentes da CPTED, que explora o impacto da degradação e do abandono dos ambientes no comportamento da população. Implementada em diversos momentos, a abordagem é criticada por reproduzir o paradigma etiológico do crime, agravando a marginalização social (Wacquant, 2011).

As teorias da CPTED também sofrem críticas da literatura especializada, sobretudo pelo: i) enfoque excessivo no ambiente físico, deixando-se de analisar o crime como fenômeno complexo e impactado por fatores sociais, econômicos e culturais; ii) agravamento da discriminação e da exclusão de grupos sociais (jovens, minorias sociais, moradores de rua, entre outros), principalmente em razão das estratégias de controle de acesso e vigilância natural contra os “indesejáveis”; iii) aumento da criminalidade em áreas não abrangidas pelas medidas de *design*, visto que as técnicas não reduzem a motivação para o crime, mas apenas dificultam a prática em locais específicos; iv) resistência da comunidade; e v) hipervigilância (Cozens, Saville e Hillier, 2005; Cozens, 2008; Reynald, 2011; Armitage, 2013; Murray, 2011).

No caso do Distrito Federal, o deslocamento do crime e a segregação parecem operar a favor da invisibilização da violência – inclusive policial – cometida contra a população que habita as periferias de Brasília, possivelmente repercutindo na subnotificação de ocorrências nos territórios onde “é mais difícil entrar”: “as histórias vêm à tona quando as pessoas estão organizadas e denunciando, mas o acesso e a transmissão da informação são privilegiados no centro, e não nas periferias”.<sup>16</sup> Segundo a percepção desses interlocutores, a subnotificação concorre com a sobrenotificação no Plano Piloto – “a proteção do *quadrado* [Distrito Federal] é muito forte”<sup>17</sup> – destacando-se a forte presença de câmeras de vigilância.<sup>18</sup>

Além das forças de segurança, outras agências são mobilizadas para o enfrentamento de problemas sociais e urbanos em áreas consideradas prioritárias. Há quem afirme que a capacidade de coordenação entre os órgãos do GDF é ainda insuficiente. Isso é patente na região do Entorno do Distrito Federal,

15. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 11 de junho de 2023. O nome do entrevistado foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação do interlocutor após a finalização do período da pesquisa de campo *in loco* no Distrito Federal.

16. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 26 de abril de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora, devido à impossibilidade de esta estar presente no Distrito Federal no período da pesquisa de campo *in loco*.

17. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha e Camila Nunes Dias, em 25 abril de 2023, em Brasília. O nome do entrevistado foi suprimido a fim de evitar a sua identificação.

18. Fatores como raça, renda e gênero relacionam-se com o incremento da sensação de insegurança em grupos sociais marginalizados no Distrito Federal (Costa e Durante, 2019b). Estudos sobre as representações sociais das polícias indicam que a violência policial não apenas é legitimada dentro da cultura organizacional das forças de segurança do Distrito Federal (Porto, 2004), mas também aumenta a sensação de insegurança em comunidades periféricas direta ou indiretamente afetadas (Costa e Durante, 2019a), o que é consistente com o relatado.

que carece de falta de recursos e equipamentos de segurança pública, sobretudo em comparação ao Distrito Federal – o que, segundo interlocutores, repercute no incremento da violência e da criminalidade nesses espaços.

Alguns interlocutores policiais ou vinculados a órgãos de segurança pública reproduzem a ideia de que o Distrito Federal atrai a criminalidade do Entorno: “do Entorno às vezes vão [criminosos] para o Plano Piloto, mas dificilmente ocorre algo lá (...) aqui nas cidades do Entorno – Santa Maria, Planaltina, Ceilândia e Brazlândia – existe [criminalidade]”.<sup>19</sup> Destacam, sobretudo, a atuação de gangues nas cidades-satélite e as tentativas de incursão de facções provenientes do Entorno. Diferentemente dos conflitos fundiários e socioambientais – aos quais não é atribuída tanta relevância –, o temor gerado em torno do risco de entrada destes grupos no Distrito Federal parece direcionar o foco de atuação das agências, mobilizando a liberação de recursos, segundo outro entrevistado.<sup>20</sup>

Este modo de operar alinha-se à descrição de urbanismo militar, além da adoção de estratégias como o isolamento e a securitização dos espaços e a criação de enclaves sociais. Isso se reflete em uma crescente divisão socioeconômica, conduzindo a uma vigilância expansiva e à disseminação da violência institucional praticada contra as populações periféricas (Graham, 2012; Telles, 2015; Baldan, 2019). Assim, embora tenha sido apontada pelos gestores como uma polícia “acima da média”, diferenciando-se do restante do Brasil pela baixa letalidade policial (FBSP, 2023), a polícia vem sendo alvo crescente de denúncias pela população (Distrito Federal, 2021a).

Os relatos de todos os moradores entrevistados evidenciam episódios de violência e racismo, sofridos por eles mesmos ou por familiares. Uma das entrevistadas refere como motivo para sua mudança para outra RA a violência policial sofrida pelo filho: “meu filho chegou lavado de óleo em casa, levaram para o mato, bateram porque ele não tinha nada (...) deixaram ele [*sic*] nu”.<sup>21</sup> Outra interlocutora também relata que, apesar da pouca idade, seu filho já sofreu “*bacu*”,<sup>22</sup> “tapa na cara”, revista pessoal na escola e agressão física. Ela também reconta episódios de “sumiço” de conhecidos, percebendo atravessamentos de raça e território nas abordagens violentas sofridas: “tratam diferente o negro, por morar em tal lugar, questionam se tem envolvimento [com o crime organizado]”.<sup>23</sup>

As práticas de violência policial agravam-se no Entorno do Distrito Federal. Segundo reportagens (Alves, 2016; Polícia..., 2018; Pinheiro, 2021; PF..., 2023), amparadas por relatos de interlocutores, a polícia de Goiás – que apresenta a maior taxa de letalidade do país (FBSP, 2023) – é extremamente violenta com a população do Entorno, noticiando-se inclusive casos de grupos de extermínio com atuação prioritária nessa região. A grande quantidade de mortes já justificou a realização de operações com mandados de prisão expedidos contra policiais civis e militares acusados do cometimento de assassinatos.

19. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha e Camila Nunes Dias, em 25 de abril de 2023, em Brasília. O nome do entrevistado foi suprimido a fim de evitar a sua identificação.

20. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha e Camila Nunes Dias, em 25 de abril de 2023, em Brasília. O nome do entrevistado foi suprimido a fim de evitar a sua identificação.

21. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 2 de maio de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora após a finalização do período da pesquisa de campo *in loco* no Distrito Federal.

22. “*Bacu*” ou “*baculejo*” refere-se à situação em que a polícia revista um indivíduo, geralmente de forma violenta, arbitrária e desrespeitosa.

23. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 5 de maio de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora após a finalização do período da pesquisa de campo *in loco* no Distrito Federal.

Embora a promoção da primeira eleição com participação direta dos cidadãos nos conselhos comunitários de segurança (Distrito Federal, s.d.) tenha representado um avanço, estes ainda enfrentam desafios importantes em termos de falta de engajamento comunitário, ausência de recursos e dificuldade no estabelecimento de vínculos de confiança entre a polícia e as comunidades (Oliveira e Guellati, 2016). As dinâmicas de segregação do espaço urbano dificultam a apreensão do cenário de violência: “elas [as denúncias] chegarem é difícil, a população é silenciada (...) no silenciamento é como se não existisse violência”.<sup>24</sup>

#### 4 CONCLUSÃO

O sucesso na redução das taxas de homicídios por mais de uma década é atribuído ao aperfeiçoamento dos processos de gestão da segurança pública. Não obstante, os achados de pesquisa abrem fissuras na representação desta como uma política de “exportação”, revelando o Distrito Federal como espaço segmentado, no qual a grilagem, a violência e o empobrecimento das periferias coexistem com a realidade hipervigiada, planejada e supostamente livre de violência do Plano Piloto. A aparente contradição reflete-se em falas como “o problema do Distrito Federal é o Entorno”, evidenciando um campo em permanente disputa.

Os múltiplos apagamentos dos conflitos socioambientais na agenda de segurança pública – e, inversamente, a ênfase no combate às gangues e facções, por exemplo – reforçam esses aspectos. A polícia opera a favor da segregação urbana, desempenhando ora a função de “proteger o quadrado”, ora a de reprimir as populações periféricas. A violência vivenciada nas periferias é invisibilizada pela institucionalidade. O alinhamento com o *design ambiental* parece reforçar esse quadro, em parte contribuindo com o enviesamento da atuação nos territórios, em um cenário em que a própria segregação urbana já opera a favor do afastamento da população “indesejável”, retirando o encargo das agências punitivas. Embora não se desconheça a importância do uso de inteligência e das políticas com abordagem preventiva, o distanciamento em relação à pauta fundiária contribui com o apagamento e a perpetuação das diferentes formas de violência institucional.

#### REFERÊNCIAS

- ALVES, R. Grupo de extermínio matou ao menos 100, a maioria sem ficha criminal. **Correio Braziliense**, 11 nov. 2016. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/11/interna\\_cidadesdf,556847/grupo-de-extermínio-matou-ao-menos-100-a-maioria-sem-ficha-criminal.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/11/11/interna_cidadesdf,556847/grupo-de-extermínio-matou-ao-menos-100-a-maioria-sem-ficha-criminal.shtml).
- AMARAL, R. **A influência de Le Corbusier na arquitetura moderna brasileira**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ARMITAGE, R. **Crime prevention through housing design: policy and practice**. London: Palgrave Macmillan, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137316059>.

---

24. Entrevista realizada por Victória Hoff da Cunha, em 26 de abril de 2023. O nome da entrevistada foi suprimido a fim de evitar a sua identificação. A entrevista foi realizada por videoconferência para possibilitar a participação da interlocutora, devido à impossibilidade de esta estar presente no Distrito Federal no período da pesquisa de campo *in loco*.

ARRETCHE, M. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.

AVELAR, S. Segurança Pública: menor taxa de homicídios em 47 anos. **Agência Brasília**, 30 dez. 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/12/30/seguranca-publica-menor-taxa-de-homicidios-em-47-anos/>.

BALDAN, R. A. **Urbanização desigual e espaços do medo**: o fenômeno dos condomínios fechados na Região Metropolitana de Campinas. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-22112019-142949/publico/DissCorrigidaRafaelBaldan.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e desafios**: Política Nacional de Habitação. Brasília: MCidades, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf).

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Mapa da segurança pública 2024**: ano-base 2023. Brasília: Sinesp, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/dados-nacionais-1/mapa-da-seguranca-publica-2024>.

CANO, I. Urbanização, desigualdade e violência: a lógica perversa dos grandes centros urbanos brasileiros. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 87-98, 2006.

CARONE, C. Grilagem e milícia no DF: criminosos são condenados a 25 anos. **Metrópoles**, 6 jan. 2020. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/distrito-federal/grilagem-e-milicia-no-df-criminosos-sao-condenados-a-25-anos>.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>.

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Região Metropolitana do Distrito Federal**: subsídios técnicos para a sua criação. Brasília: Codeplan, 2019. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Regi%C3%A3o-Metropolitana-do-Distrito-Federal-Subs%C3%ADdios-para-sua-cria%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**: PDAD 2021 – resultados por RA. Brasília: Codeplan, 2022. Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Apresentacao\\_RAs.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Apresentacao_RAs.pdf).

COSTA, A. de S. M. da; SILVA, M. A. de C. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 15-29, jan. 2018.

COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, v. 62, n. 1, p. 1-31, 2019a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/SJnSwqLyhs7CZCMMscH8wnS/#>. Acesso em: 22 out. 2024.

\_\_\_\_\_. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 12, n. 2, p. 167-187, 2019b. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/17794>. Acesso em: 22 out. 2024.

COZENS, P. M. New urbanism, crime and the suburbs: a review of the evidence. **Urban Policy and Research**, v. 26, n. 4, p. 429-444, 2008.

COZENS, P. M.; SAVILLE, G.; HILLIER, D. Crime prevention through environmental design (CPTED): a review and modern bibliography. **Property Management**, v. 23, n. 5, p. 328-356, 2005.

DERNTL, M. F. Além do Plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. **Vitruvius**, v. 19, n. 221.03, out. 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>.

\_\_\_\_\_. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 11-34, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Câmara Legislativa. **Relatórios diversos**: Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Brasília: CDDHCLP: 2021a. (Seção de página eletrônica). Disponível em: <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/relatorios-diversos4>. Acesso em: 24 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal**: PDRS/DF – primeira versão. Brasília: Seagri, 2021b. Disponível em: <https://www.seagri.df.gov.br/plano-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-do-distrito-federal/>. Acesso em: 16 maio 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Segurança Pública. **Segurança Integral DF Mais Seguro**. Brasília: SSP-DF, [s.d.]. (Seção de página eletrônica). Disponível em: <https://www.ssp.df.gov.br/df-mais-seguro>. Acesso em: 15 maio 2024.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>.

\_\_\_\_\_. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2023. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/6b3e3a1b-3bd2-40f7-b280-7419c8eb3b39>.

\_\_\_\_\_. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>.

FERNANDES, A. F. de O. **Vida candanga**: os trabalhadores na construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959 – a memória como um campo de disputas. 2018. 46 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura em história) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.bdm.unb.br/handle/10483/21674>.

FERREIRA, E. **Segurança e prevenção da criminalidade em espaços públicos**: a dialética proativa entre o desenho e o uso seguro. 2013. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

FIGUEIREDO, A. C. *et al.* Dinâmicas da violência na região Norte do Brasil: reflexões sobre suas origens e persistência. In: SANTOS, M. P. (Org.). **Dinâmicas da violência e da criminalidade na região Norte do Brasil**. Brasília: Ipea, 2024. p. 9-34. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14009>.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2023. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em: 2 ago. 2024.

FREITAG, P.; FARIA, R. S. O planejamento regional no Centro-Oeste brasileiro: ações da Sudeco na região geoeconômica de Brasília. **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/170828/176017>.

GOUVÊA, L. A. de C. Uma política habitacional de interesse social. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília: gestão urbana – conflitos e cidadania**. Brasília: Editora UnB, 1999.

GRAHAM, S. El nuevo urbanismo militar. **Antropología: Boletín Oficial del Instituto Nacional de Antropología e Historia**, n. 94, p. 6-18, 2012.

GUIA, G.; CIDADE, L. Segregação residencial e reprodução das desigualdades socioespaciais no aglomerado urbano de Brasília. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 23, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5928>.

HOLSTON, J. **The modernist city: an anthropological critique of Brasília**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: favelas e comunidades urbanas – resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102134>.

IETHE, T. D.; REGOECZI, W. C. **Rethinking homicide: exploring structure and process underlying deadly situations**. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência: estatísticas – homicídios**. Brasília: Ipea; FBSP, [s.d.]. (Seção de página eletrônica). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>.

JANUZZI, V. **Em Brasília, as superquadras: vida cotidiana, escalas e segregação no espaço urbano de Brasília**. 2021. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

JATOBÁ, S. U. **Gestão ambiental urbana: da reflexão global à ação local**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Informalidade territorial e mercado de terras urbanas no Distrito Federal**. Brasília: Codeplan, jun. 2016. (Texto para Discussão, n. 18). Disponível em: [https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD\\_18\\_Informalidade\\_Territorial\\_Urbana-Mercado\\_Terras\\_Urbanas\\_DF\\_2016.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD_18_Informalidade_Territorial_Urbana-Mercado_Terras_Urbanas_DF_2016.pdf).

LIMA, R. S.; RATTON, J. L. (Ed.). **Violência, urbanização e desigualdade social no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAGALHÃES, A. A lógica da destruição: sufocamento, asfixia e resistência nas favelas do Rio de Janeiro. In: LEITE, M. *et al.* **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

MALAGUTTI, C. **Loteamentos clandestinos no DF**: legalização ou exclusão? 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

MARTINS, A. de A. C.; LIMA NETO, V. C. **Dependência do automóvel, planejamento regional e a cidade de Brasília**. Brasília: Ipea, 2015. (Texto para Discussão, n. 2163). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6537>.

MOREIRA, V. M. L. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

MORONI, J. A. *et al.* **Mapa das desigualdades 2022**. Brasília: Inesc, 2023. Disponível em: <https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2023/04/mapa-das-desigualdades-versao-digital.pdf>.

MURRAY, L. CPTED and the politics of space: planning and crime prevention in post-apartheid South Africa. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 13, n. 2, p. 131-149, 2011.

NERY, A. Com ações de milícia, grileiros faziam toque de recolher no DF. **Metrópoles**, 19 dez. 2019. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/distrito-federal/com-acoes-de-milicia-grileiros-faziam-toque-de-recolher-no-df>.

NEWMAN, O. **Defensible space**: crime prevention through urban design. New York: McMillan, 1972.

OLIVEIRA, G. O. de. Entrevista com Lucio Costa. **Vitruvius**, São Paulo, v. 6, n. 023.03, jul. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/06.023/3313>.

OLIVEIRA JUNIOR, A.; GUELLATI, Y. Segurança pública e participação social no Distrito Federal. In: OLIVEIRA JUNIOR, A. **Instituições participativas no âmbito da segurança pública**: programas impulsionados por instituições policiais. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9708>.

OLIVEIRA, R. **Brasília e o paradigma modernista**: planejamento urbano do moderno atraso. 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas: Pontes, 2014.

PEREIRA, P. H. M. **O entre-metrópoles Goiânia-Brasília**: história e metropolização. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PERES, M. F. T.; NIVETTE, A. Social disorganization and homicide mortality rate trajectories in Brazil between 1991 and 2010. **Social Science & Medicine**, v. 190, p. 92-100, Oct. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277953617304859>.

PF realiza operação contra grupo de extermínio com atuação em São João D'Aliança/GO. **Agência PF**, 21 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/pf-realiza-operacao-contra-grupo-de-extermínio-com-atuacao-em-sao-joao-d2019alianca-go>.

PINHEIRO, M. No DF, Polícia Federal cumpre mandado de busca contra grupo de extermínio. **Metrópoles**, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/no-df-policia-federal-cumpr-mandado-de-busca-contra-grupo-de-exterminio>.

POLÍCIA Federal investiga grupo de extermínio com atuação em Goiás. **Metrópoles**, 18 dez. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/policia-br/policia-federal-investiga-grupo-de-extermio-com-atuacao-em-goias>.

PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 132-141, 2004.

REIS, R. **Cidade, trabalho e memória**: os trabalhadores da construção de Brasília (1956-1960). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

REYNALD, D. M. Guardianship in action: developing a new tool for measurement. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 13, n. 1, p. 1-20, 2011.

SILVA, L. **Spillovers espaciais de criminalidade na Região Integrada para Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno**: uma análise de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10635>.

SOUSA, N. **A produção da Cidade do Sol Nascente e Pôr do Sol/DF**: entre o tempo da autoconstrução e o tempo do planejamento urbano. 2023. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

TEIXEIRA, H. **No tempo da GEB (1956-1960)**: trabalho e violência na construção de Brasília. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 1996.

TEIXEIRA, I.; SCHWINGEL, S. Em 2023, DF tem menor número de homicídios em 47 anos, diz secretário. **Metrópoles**, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/em-2023-df-tem-menor-numero-de-homicidios-em-47-anos-diz-secretario>.

TELLES, V. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflitos. **Revista de Ciências Sociais**, v. 46, p. 15-42, 2015.

TOURINHO, H. Uma breve história das cidades-satélites de Brasília. **ArchDaily Brasil**, 17 abr. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/998586/uma-breve-historia-das-cidades-satelites-de-brasilia>.

TRINDADE, A.; SOUZA, D. A violência no eixo Brasília-Goiânia. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 298-311, ago./set. 2012. Disponível: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2012.v6.n2.122>.

VASCONCELOS, A. M. N.; COSTA, A. T. M. Demografia da violência no Distrito Federal: evolução e características. In: PAVIANI, A. (Org.). **Violência no Distrito Federal**. Brasília: Editora da UnB, 2005. p. 33-56.

## APÊNDICE A

TABELA A.1

**Homicídios em frequência absoluta e taxas por 100 mil habitantes nas regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal (2021-2023)**

|                                          | 2021                |                             | 2022                |                             | 2023                |                             |
|------------------------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|
|                                          | Frequência absoluta | Taxa por 100 mil habitantes | Frequência absoluta | Taxa por 100 mil habitantes | Frequência absoluta | Taxa por 100 mil habitantes |
| Distrito Federal                         | 300                 | 9,7                         | 261                 | 8,3                         | 232                 | 8,2                         |
| Brasília                                 | 7                   | 3,1                         | 7                   | 3,2                         | 4                   | 1,9                         |
| Gama                                     | 12                  | 8,7                         | 6                   | 4,6                         | 12                  | 9,6                         |
| Taguatinga                               | 14                  | 6,7                         | 17                  | 8,0                         | 13                  | 6,0                         |
| Brazlândia                               | 9                   | 16,1                        | 7                   | 14,4                        | 3                   | 7,0                         |
| Sobradinho                               | 7                   | 9,5                         | 3                   | 4,0                         | 4                   | 5,1                         |
| Planaltina                               | 16                  | 8,6                         | 18                  | 10,1                        | 20                  | 11,9                        |
| Paranoá                                  | 14                  | 20,0                        | 9                   | 13,8                        | 10                  | 16,4                        |
| Núcleo Bandeirante                       | 2                   | 8,3                         | 3                   | 12,4                        |                     |                             |
| Ceilândia                                | 45                  | 12,8                        | 30                  | 8,6                         | 41                  | 11,9                        |
| Guará                                    | 9                   | 6,3                         | 4                   | 2,8                         | 2                   | 1,4                         |
| Cruzeiro                                 | 1                   | 3,2                         | 1                   | 3,2                         |                     |                             |
| Samambaia                                | 20                  | 8,1                         | 18                  | 7,2                         | 22                  | 8,7                         |
| Santa Maria                              | 17                  | 13,0                        | 15                  | 11,3                        | 16                  | 11,9                        |
| São Sebastião                            | 20                  | 16,8                        | 22                  | 18,0                        | 15                  | 12,0                        |
| Recanto das Emas                         | 11                  | 8,2                         | 23                  | 17,1                        | 6                   | 4,4                         |
| Lago Sul                                 |                     |                             |                     |                             |                     |                             |
| Riacho Fundo                             | 2                   | 4,5                         | 3                   | 6,6                         | 1                   | 2,2                         |
| Lago Norte                               | 2                   | 5,3                         | 2                   | 5,3                         | 2                   | 5,2                         |
| Candangolândia                           | 1                   | 6,1                         | 3                   | 18,4                        | 1                   | 6,1                         |
| Águas Claras                             | 4                   | 3,3                         |                     |                             | 1                   | 0,9                         |
| Riacho Fundo II                          | 10                  | 13,7                        | 4                   | 7,0                         | 1                   | 2,3                         |
| Sudoeste                                 |                     |                             | 2                   | 3,6                         | 1                   | 1,8                         |
| Varjão do Torto                          | 1                   | 11,2                        | 2                   | 22,0                        | 1                   | 10,9                        |
| Park Way                                 |                     |                             | 1                   | 4,3                         | 1                   | 4,3                         |
| Estrutural                               | 19                  | 50,6                        | 12                  | 31,3                        | 15                  | 38,4                        |
| Sobradinho II                            | 6                   | 7,6                         | 8                   | 10,1                        | 6                   | 7,5                         |
| Jardim Botânico                          | 1                   | 1,9                         |                     |                             |                     |                             |
| Itapoã                                   | 12                  | 18,4                        | 10                  | 15,2                        | 12                  | 18,0                        |
| Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) | 1                   |                             | 1                   |                             |                     |                             |
| Vicente Pires                            | 3                   | 3,8                         | 5                   | 6,0                         | 4                   | 4,5                         |
| Fercal                                   | 3                   | 32,0                        | 4                   | 43,0                        | 2                   | 21,7                        |
| Sol Nascente/Pôr do Sol                  | 27                  | 29,0                        | 17                  | 17,8                        | 12                  | 12,3                        |
| Anniqueira                               | 4                   | 8,5                         | 4                   | 8,4                         | 4                   | 8,4                         |

Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SGI/SSP-DF).

Elaboração: Victória Hoff da Cunha.

Obs.: 1. Os números e as taxas de homicídios foram sistematizados e disponibilizados para esta pesquisa diretamente pela SGI/SSP-DF em 17 de maio de 2024, por meio do Ofício nº 661/2024. Os dados brutos encontram-se disponíveis em: <https://www.ssp.df.gov.br/serie-historica/>.  
2. As células vazias indicam ausência de informação.

## APÊNDICE B

TABELA B.1

**Homicídios em frequência absoluta e taxas por 100 mil habitantes dos municípios goianos que compõem a Área Metropolitana de Brasília (2021-2022)**

|                             | 2021                |                             | 2022                |                             |
|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------------|
|                             | Frequência absoluta | Taxa por 100 mil habitantes | Frequência absoluta | Taxa por 100 mil habitantes |
| Águas Lindas de Goiás       | 49                  | 21,98                       | 57                  | 25,26                       |
| Cidade Ocidental            | 22                  | 29,58                       | 21                  | 22,88                       |
| Cocalzinho de Goiás         | 6                   | 28,88                       | 5                   | 19,99                       |
| Luiziânia                   | -                   | -                           | -                   | -                           |
| Novo Gama                   | 32                  | 26,74                       | 31                  | 29,86                       |
| Padre Bernardo              | 8                   | 22,84                       | 11                  | 31,46                       |
| Planaltina                  | 36                  | 39,41                       | 25                  | 23,80                       |
| Santo Antônio do Descoberto | 29                  | 37,72                       | 16                  | 22,16                       |
| Valparaíso de Goiás         | 42                  | 23,90                       | 51                  | 25,65                       |

Fonte: Ipea e FBSP (s.d.); e Codeplan (2019).

Elaboração: Victória Hoff da Cunha.

Obs.: 1. A título de comparação, a taxa de homicídios no estado de Goiás foi de 25,14 por 100 mil habitantes em 2021, e de 23,11 em 2022.

2. A extração de dados ocorreu em 14 de agosto de 2024.

3. (-) Dados não disponíveis.

## REFERÊNCIAS

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Região Metropolitana do Distrito Federal**: subsídios técnicos para a sua criação. Brasília: Codeplan, 2019. (Nota Técnica). Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/NT-Regi%C3%A3o-Metropolitana-do-Distrito-Federal-Subs%C3%ADdios-para-sua-cria%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência**: estatísticas – homicídios. Brasília: Ipea; FBSP, [s.d.]. (Seção de página eletrônica). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>.